

# **INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO DE MACAU**

## **CONCURSO PÚBLICO N.º 001/CON-IPIM/2017**

### **Prestação de serviços como Operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”**

#### **PROGRAMA DO CONCURSO**

##### **SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **1. OBJECTO DO CONCURSO**

O objecto do presente concurso público consiste na prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (adiante designado abreviadamente também por Portal de Informação), durante o período de dois anos, com início em 1 de Janeiro de 2018, visando explorar a função *online* do Portal de Informação e apoiar no desenvolvimento dos respectivos trabalhos *offline*, o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, o Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa e o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

#### **2. ENTIDADE PÚBLICA ADJUDICANTE**

A entidade pública adjudicante é o Secretário para a Economia e Finanças.

#### **3. CONCORRENTES**

Os concorrentes devem encontrar-se em actividade no que respeita ao objecto do concurso, bem como estar registados, para efeitos fiscais, na Direcção dos Serviços de Finanças.

#### **4. CAUÇÃO PROVISÓRIA**

Para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações que assumem com a apresentação

das propostas, os concorrentes devem prestar uma caução provisória no valor de cento e oitenta mil patacas (MOP180.000,00), por meio de cheque ou garantia bancária, a favor da entidade adjudicante, a ser entregue na Avenida da Amizade, n.º 918, Edf. World Trade Centre, 4.º andar, Macau.

Só é aceite garantia bancária emitida por instituição bancária legalmente autorizada a exercer a sua actividade na RAEM.

O modelo da garantia bancária a utilizar pelos concorrentes consta do Anexo III ao presente “Programa do Concurso”.

As despesas resultantes da prestação ou cancelamento da caução provisória, incluindo o imposto de selo e outros emolumentos são encargo a cargo dos concorrentes.

A caução provisória será restituída aos concorrentes, nos termos dos artigos 19.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho.

O adjudicatário perderá a favor da entidade adjudicante a caução provisória prestada, considerando-se desde logo a adjudicação sem efeito, se não prestar a caução definitiva no prazo estipulado, e não houver sido impedido de o fazer por motivo independente da sua vontade que seja reputado justificação bastante.

## **5. CAUÇÃO DEFINITIVA**

Para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, o adjudicatário deve prestar uma caução definitiva no valor correspondente a 4% do montante total do serviço, a favor da entidade adjudicante.

O adjudicatário poderá utilizar o valor da caução provisória para a prestação da caução definitiva. O adjudicatário perderá, a favor da entidade adjudicante, a caução definitiva prestada, considerando-se desde logo a adjudicação sem efeito, se não comparecer no dia, hora e local, fixados para a outorga do contrato e não houver sido impedido de o fazer por motivo independente da sua vontade que seja reputado justificação bastante.

Após o termo do contrato e cumpridas todas as suas cláusulas será restituída a caução definitiva.

## **6. REQUISITOS FUNDAMENTAIS DA PROPOSTA**

Os conteúdos da proposta devem estar em conformidade com as exigências constantes dos respectivos programa do concurso, caderno de encargos e anúncio do presente concurso.

## **7. CONSULTA E OBTENÇÃO DO PROCESSO DO CONCURSO**

7.1 O processo do concurso, composto pelo “Programa do Concurso” e “Caderno de Encargos” pode ser consultado no Centro de Atendimento do IPIM, sito na Avenida da Amizade, n.º 918, Edf. World Trade Centre, 4.º andar, Macau, a partir do dia de publicação do respectivo aviso do concurso público, até ao dia 10 de Novembro de 2017 no seguinte horário:

Segunda-feira a Quinta-feira: das 09h00 às 13h00

das 14h30 às 17h45

Sexta-feira : das 09h00 às 13h00

das 14h30 às 17h30

7.2 Os respectivos caderno de encargos e programa do concurso encontrar-se-ão disponíveis, na página electrónica do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau ([www.ipim.gov.mo](http://www.ipim.gov.mo)).

Os concorrentes devem visitar diariamente a página electrónica do IPIM ([www.ipim.gov.mo](http://www.ipim.gov.mo)), de modo a se manterem actualizados sobre as informações relativas ao concurso.

## **8. SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS**

A sessão de esclarecimentos destinada aos concorrentes terá lugar na sala de reuniões da IPIM, sita no 20.º andar do Edifício China Civil Plaza, na Alameda Dr. Carlos d’Assumpção, n.º 263, Macau, no dia 27 de Outubro de 2017, pelas 15 horas.

## **9. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

9.1 Os interessados podem pedir esclarecimentos, por escrito, relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, até às 17 horas do dia 30 de Outubro de 2017.

Os pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos ao Presidente do Instituto de Promoção do

Comércio e do Investimento de Macau, Avenida da Amizade, n.º 918, Edf. World Trade Centre, 4.º andar, Macau, e deve ser escrito no respectivo envelope o número e a designação do concurso e a palavra “PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS”.

Os pedidos de esclarecimento podem ainda ser feitos através do fax n.º 853-28590309.

9.2 Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, nos dez (10) dias seguintes.

9.3 A cópia dos esclarecimentos será anexa ao processo do concurso e carregada na página electrónica do IPIM.

## **10. RECLAMAÇÃO**

Em caso de preterição ou irregularidade das formalidades do concurso, qualquer interessado pode reclamar para o Presidente da Comissão Executiva do IPIM, por escrito, no prazo de dez (10) dias contados da data em que o interessado devesse ter conhecimento desse facto.

A reclamação não tem efeitos suspensivos do respectivo procedimento.

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTA**

## **11. PROPOSTA**

### **11.1 Entrega das propostas**

11.1.1 As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues no prazo de 16 dias, contados da data da publicação do anúncio relativo ao presente concurso no Boletim Oficial da RAEM.

11.1.2 As propostas e os documentos que as acompanham podem ser entregues directamente no Centro de Atendimento do IPIM, sito na Avenida da Amizade, n.º 918, Edf. World Trade Centre, 4.º andar, Macau, até às 17 horas do dia 10 de Novembro de 2017, das 9:00 às 13:00 e das 14:30 às 17:45 (de 2ª a 5ª feira) e das 9:00 às 13:00 e das 14:30 às 17:30 (6ª feira), ou enviados por correio registado, com aviso de recepção, para a mesma morada,

sem prejuízo da recepção dever ocorrer dentro do prazo fixado no número anterior.

11.13 Em caso de encerramento dos Serviços Públicos da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em virtude de tempestades ou por outros motivos de força maior, a data e a hora do termo da entrega das propostas serão adiadas para a mesma hora do primeiro dia útil seguinte.

11.14 A proposta, após ter sido entregue, não pode ser alterada.

## **11.2 Línguas a adoptar na redacção das propostas**

11.21 A proposta e os respectivos documentos anexos devem ser redigidos em chinês ou português.

11.22 O conteúdo não redigido numa das línguas oficiais não é considerado parte integrante da proposta nem dos documentos anexos, não prejudicando a proposta e os demais documentos redigidos nas línguas oficiais.

## **11.3 Modo de instruir as propostas**

A proposta deve ser apresentada ou instruída com os seguintes elementos:

### **11.3.1 Primeira página da proposta**

11.3.1.1 A proposta deve ser elaborada conforme o modelo do anexo I do presente “Programa do Concurso”, em papel de carta (formato A4), sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas. Deve ser feita com o mesmo tipo de máquina, se for dactilografada ou impressa por processo informatizado.

11.3.1.2 Juntam-se, em anexo, pública-forma do documento de identificação do signatário da proposta; e original ou pública-forma da procuração reconhecida notarialmente, que lhe confira respectivos poderes, caso a proposta seja assinada por procurador.

11.3.1.3 A assinatura do concorrente deve ser reconhecida notarialmente. Caso o concorrente seja uma pessoa colectiva, a proposta deve ser assinada por

representante com poderes para assumir obrigações em nome da pessoa colectiva ou por procurador reconhecido notarialmente com os respectivos poderes, devendo ainda a assinatura ser reconhecida com menções especiais sobre a qualidade e poderes do signatário.

## **11.32 Proposta**

11.3.2.1 As páginas devem ser numeradas sequencialmente.

11.3.2.2 Os preços propostos deverão ser apresentados em patacas (MOP) e deverão ser mencionados os preços de cada serviço, preço global, bem como formas e calendário de pagamento, no que diz respeito à operação do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

11.3.2.3 Todos os elementos referidos no número 2 do “Caderno de Encargos” devem constar da proposta.

11.33 Curriculum vitae dos principais representantes da empresa que serão incumbidos da prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

11.34 Informações relativas à estrutura organizacional, tarefas desempenhadas pelas subunidades e recursos humanos da empresa.

11.35 Proposta relativa à operação (prestação de serviços), conforme o conteúdo do “caderno de encargos”.

11.36 Quaisquer outras informações que o concorrente considere necessárias.

Nota 1: Os elementos referidos em 11.3.2 a 11.3.6 devem ser apresentados juntamente com versões electrónicas.

## **11.4 Documentos que instruem a proposta**

Para se habilitarem ao concurso público, os concorrentes devem apresentar os seguintes documentos:

- 11.4.1 Pública-forma do documento de identificação do concorrente pessoa singular; em caso de sociedade, o original ou pública-forma da certidão de registo comercial, emitida pela Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis do Governo da RAEM (cujo prazo de validade não seja superior a três meses contados da data da respectiva emissão ou de confirmação até à data limite de entrega de propostas);
- 11.4.2 Declaração de que não estão em dívida perante a RAEM, por quaisquer contribuições, impostos e quaisquer outras verbas (*vide* Minuta no anexo II do “Programa do Concurso”);  
(Assinatura conforme o modo previsto na Nota 2)
- 11.4.3 Documento comprovativo da prestação da caução provisória referida no ponto 4 deste Programa (*vide* Minuta no anexo III do “Programa do Concurso”, no caso de garantia bancária);
- 11.4.4 Declaração de promessa de prestação de caução definitiva, caso a prestação de serviços lhe venha a ser adjudicada (*vide* Minuta no anexo IV do “Programa do Concurso”);  
(Assinatura conforme o modo previsto na Nota 2)
- 11.4.5 Declaração, notarialmente reconhecida, de que se sujeita às leis e aos Tribunais da RAEM, com a renúncia expressa a qualquer outro foro, em tudo quanto disser respeito aos actos do concurso e da aquisição, até à sua total liquidação, relativos ao presente Concurso Público, em caso de o concorrente, pessoa singular, não ser residente da RAEM ou o concorrente, pessoa colectiva, não ter instalado a sua sede ou o seu órgão de administração na RAEM (*vide* Minuta no anexo V do “Programa do Concurso”);  
  
(A declaração, reconhecida notarialmente, deve ser feita nos termos dos artigos 155.º a 157.º do Código do Notariado)
- 11.4.6 Declaração assegurando dar prioridade à contratação de trabalhadores locais;  
(Assinatura conforme o modo previsto na Nota 2)
- 11.4.7 Original ou pública-forma da certidão emitida pela Direcção dos Serviços de Finanças da RAEM, onde conste que o concorrente não se encontra em dívida à RAEM (deve ter sido emitida dentro de 3 meses antes da data limite para a entrega de propostas);

- 11.4.8 Original ou pública-forma do último conhecimento de cobrança da contribuição industrial, emitido pela Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) do Governo da RAEM; ou original ou pública-forma da declaração respeitante ao início de actividade, para efeitos de contribuição industrial, caso não seja emitido qualquer conhecimento de cobrança da contribuição industrial pela DSF.
- 11.4.9 Pública-forma do documento de identificação do signatário das declarações referidas em 11.4.2, 11.4.4 e 11.4.6; e original ou pública-forma da procuração, reconhecida notarialmente, que lhe confira respectivos poderes, caso a proposta seja assinada por procurador.

Nota 2: Relativamente às declarações referidas em 11.4.2, 11.4.4 e 11.4.6, o concorrente deve assiná-las e a assinatura deve ser reconhecida notarialmente; em caso do concorrente ser pessoa colectiva, a proposta deve ser assinada por representante com poderes para assumir obrigações em nome da pessoa colectiva ou por procurador reconhecido notarialmente com os respectivos poderes, devendo ainda a assinatura ser reconhecida com menções especiais sobre a qualidade e poderes do signatário.

## **11.5 Modo de apresentação de proposta e de outros elementos**

- 11.5.1 Os documentos referidos em 11.3 serão inseridos num envelope não transparente, fechado e lacrado, no rosto do qual serão escritos o nome do concorrente, a designação do concurso, a denominação da entidade que lança o concurso e a palavra “PROPOSTA”.
- 11.5.2 Os documentos referidos em 11.4 serão encerrados noutro envelope, também não transparente, fechado e lacrado, no rosto do qual serão escritos o nome do concorrente, a designação do concurso, a denominação da entidade que lança o concurso e a palavra “DOCUMENTOS”.
- 11.5.3 O concorrente encerrará os dois envelopes num terceiro, igualmente fechado e lacrado, designado “ENVELOPE EXTERIOR”, no rosto do qual será escrito “Entrega de Proposta para o Concurso Público N.º 001/CON-IPIM/2017 – Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa””.

## **11.6 Não admissão de proposta e admissão condicional da proposta**



### **11.6.1 Não admissão de proposta**

A proposta não será considerada:

- 11.6.1.1 Se a proposta ou qualquer dos documentos cuja apresentação seja obrigatória tiverem sido recebidos pelo IPIM, depois do termo do prazo de entrega de proposta fixado em 11.1.
- 11.6.1.2 Se faltar os documentos necessários referidos de 11.3.1 a 11.3.5 e 11.4, sem prejuízo do disposto em 11.6.2.
- 11.6.1.3 Se, tratando-se de proposta condicionada, contiver alterações de cláusulas do caderno de encargos em relação às quais o programa do concurso não admita modificações.
- 11.6.1.4 Se na proposta faltar a assinatura do concorrente.

### **11.6.2 Admissão condicional de proposta**

- 11.6.2.1 Em qualquer das situações seguintes, os concorrentes serão condicionalmente admitidos e prosseguir-se-ão as operações do concurso, devendo, porém, os concorrentes sanar as irregularidades ou apresentar os documentos em falta no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de ficar sem efeito a admissão e serem excluídos do concurso:
  - (a) Os documentos estiverem selados, mas com deficiência de selo;
  - (b) Alguma assinatura não estiver notarialmente reconhecida, quando tal é exigido;
  - (c) Algum documento apresentado ser de cópia não reconhecida, quando a entrega do seu original ou sua pública-forma é exigida;
  - (d) Algum documento apresentado ser de cópia não reconhecida, quando tal reconhecimento é exigido;

(e) Outros documentos importantes cuja apresentação é exigida pela comissão de abertura de propostas.

11.6.2.2 Em caso de encerramento dos Serviços Públicos da RAEM, em virtude de tempestade ou motivo de força maior, a data do termo da recepção dos documentos em falta é adiada para o primeiro dia útil seguinte, à mesma hora.

11.6.2.3 Os documentos em falta serão inseridos num envelope não transparente, fechado e lacrado, no rosto do qual serão escritos o nome do concorrente, a designação do concurso, a denominação da entidade adjudicante do concurso e a palavra “ENTREGA DE DOCUMENTOS EM FALTA”.

### **SECÇÃO III**

#### **ACTO PÚBLICO DO CONCURSO**

##### **12 Acto público do concurso**

12.1 O acto público deste concurso terá lugar em 13 de Novembro de 2017, pelas 10h00, na sala de reuniões do IPIM, sita no 19.º andar do Edifício China Civil Plaza, na Alameda Dr. Carlos d’Assumpção, n.º 263, Macau.

12.2 Em caso de encerramento dos Serviços Públicos da RAEM, em virtude de tempestades ou por outros motivos de força maior, a data do acto público do concurso, será adiada para o primeiro dia útil seguinte, à mesma hora.

12.3 Durante a realização do acto público do concurso, se o concorrente ou seu representante quiser fazer qualquer solicitação à comissão da abertura das propostas do presente concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho, deve apresentar a pública-forma do seu documento de identificação e documento comprovativo que lhe confira respectivos poderes para praticar o acto em nome do concorrente, por exemplo, original ou pública-forma da certidão do registo comercial, bem como a eventual procuração notarialmente reconhecida que lhe confira respectivos poderes.

12.4 Ocorrida situação referida em 11.6.2 durante a realização do acto público do concurso, o

presidente da comissão do concurso pode, consoante a necessidade concreta, decidir a realização de uma reunião suplementar no primeiro dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para entrega de documentos em falta, pelas 10h00, na sala de reunião do IPIM, sita no 19.º andar do Edifício China Civil Plaza, na Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, n.º 263, Macau. A realização de reunião suplementar será anunciada pelo presidente da comissão no decorrer do acto público do concurso sem mais aviso.

- 12.5 Na reunião suplementar para a abertura das propostas, se houver qualquer reclamação feita pelos concorrentes contra as deliberações de exclusão tomadas pela comissão, esta deve tratá-la nos termos do artigo 29.º Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho.
- 12.6 Quando diferentes concorrentes tiverem oferecido o mesmo preço e este seja mínimo entre todos os propostos, proceder-se-á em acto contínuo à licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, nos termos do artigo 32.º Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho e a diferença entre cada um dos lances na licitação nunca será inferior às cinco mil patacas (MOP5,000).

### **13 Entrevista**

Os concorrentes deverão enviar representantes que serão incumbidos do acompanhamento do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa” para realizarem uma apresentação da empresa, do conteúdo da proposta à Comissão de Avaliação das Propostas, bem como responderem às questões. Os concorrentes serão notificados, pelo IPIM, da data e da hora da entrevista.

### **14 Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes**

No processo de avaliação, sempre que a Comissão de Avaliação das Propostas tiver dúvidas em relação ao conteúdo das propostas, à situação económica e financeira ou à capacidade técnica dos concorrentes para a execução de tarefas e prestação de serviços que são objectos do concurso, o IPIM pode exigir, por escrito, aos concorrentes para prestarem esclarecimentos e apresentarem documentos ou informações necessárias no prazo de oito (8) dias, podendo ainda exigir aos concorrentes para comparecerem, pessoalmente, na hora e no local indicados para prestar esclarecimentos.

## **SECÇÃO IV**

### **ADJUDICAÇÃO**

#### **15 Prazo de validade de propostas**

Decorrido o prazo de noventa (90) dias, contados da data do acto público do concurso, cessa, para os concorrentes que não hajam recebido comunicação sobre a adjudicação, a obrigação de manter as respectivas propostas, tendo os interessados direito à restituição ou libertação da caução provisória prestada.

Se, findo aquele prazo, nenhum dos concorrentes, requerer a restituição ou libertação da caução provisória, considerar-se-á esse prazo prorrogado, por consentimento tácito dos concorrentes, até à data em que seja formulado o primeiro requerimento nesse sentido, mas nunca por mais de cento e oitenta (180) dias.

#### **16 Critérios da adjudicação**

##### **16.1 Critérios da adjudicação**

16.1.1 Os critérios da adjudicação são os seguintes:

- (a) Racionalidade dos custos dos projectos;
- (b) Concepção e a viabilidade do plano e programa de execução da proposta;
- (c) Histórico do concorrente e experiências acerca da operação (será avaliados de acordo com os seguintes):
  - i Curriculum vitae dos principais representantes que serão incumbidos de operação do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”;
  - ii Estrutura organizacional da empresa, tarefas desempenhadas pelas subunidades e recursos humanos;
  - iii Proposta realizada de operação conforme o conteúdo do “caderno de encargos”.

#### 16.1.2 Sistema de pontuação dos concorrentes:

- (a) Racionalidade dos custos dos projectos — de 0 a 30 pontos
- (b) Concepção e a viabilidade do plano e programa de execução da proposta — de 0 a 30 pontos
- (c) Histórico do concorrente e experiências acerca da operação — de 0 a 30 pontos
- (d) Valor acrescentado — de 0 a 10 pontos

16.1.3 A avaliação final dos concorrentes será a soma dos pontos obtidos nos referidos 4 alíneas, que será apresentada em ordem decrescente numa escala de 0 a 100.

16.1.4 A adjudicação será concedida ao concorrente com a melhor pontuação. Em caso de haver vários concorrentes com a melhor pontuação, a ordem da classificação será determinada tendo em conta, por ordem, a pontuação obtida nos seguintes critérios de avaliação:

- (a) Racionalidade dos custos dos projectos;
- (b) Concepção e a viabilidade do plano e programa de execução da proposta;
- (c) Histórico do concorrente e experiências acerca da operação da página electrónica;
- (d) Avaliação geral do crise de actividade e projecto e medidas de emergência.

16.1.5 A entidade adjudicante aceitará a proposta com a melhor pontuação dentro das propostas sugeridas.

### **16.2 Do direito de não adjudicação**

A entidade adjudicante terá o direito de não fazer a adjudicação, em razão do interesse público ou nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho.

#### **Minuta do contrato**

A minuta do contrato será remetida, antes da adjudicação, ao concorrente cuja proposta haja sido preferida, para sobre ela se pronunciar no prazo de cinco dias, a contar da data da sua recepção,

Se, no prazo aqui referido, o concorrente não se pronunciar, considerar-se-á aprovada a minuta.

### **Reclamação contra a minuta**

Só são admitidas reclamações contra a minuta, quando dela resultarem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

No prazo máximo de dez dias, a entidade que receber a reclamação comunicará ao concorrente o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a aprovou se não se pronunciar no referido prazo.

Da decisão proferida na reclamação não cabe recurso.

Se a reclamação não for aceite, total ou parcialmente, o concorrente ficará desobrigado de contratar desde que, no prazo de três dias contados da data em que tomou conhecimento da decisão da entidade adjudicante, comunique que desiste da prestação dos serviços objecto do contrato.

## **17 Conceito e notificação da adjudicação**

A adjudicação é a decisão pela qual a entidade adjudicante aceita a proposta do concorrente preferido.

O concorrente preferido será notificado, por escrito, da adjudicação pela entidade adjudicante, determinando-se-lhe que, no prazo de oito dias, preste a caução definitiva, cujo valor constará da notificação.

Logo que se comprove a prestação da caução definitiva, comunicar-se-á aos restantes concorrentes a decisão tomada sobre o concurso.

### **Ineficácia da adjudicação**

Se o adjudicatário não prestar tempestivamente a caução definitiva, e não houver sido impedido de o fazer por facto independente da sua vontade que seja reputado justificação bastante, perderá o montante da caução provisória a favor da entidade adjudicante e a adjudicação considerar-se-á de imediato, sem efeito.

## **SECÇÃO V**

### **DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS**

#### **Falsidade de documentos e declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respectiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos actos subsequentes.

## **SECÇÃO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Anulação do procedimento**

A entidade competente para a autorização da despesa pode, em qualquer momento, anular o procedimento do presente concurso, quando razões supervenientes e de interesse público o justifiquem.

A decisão de anulação do concurso é fundamentada e publicitada a todos os concorrentes que tenham apresentado propostas.

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto no presente “Programa do Concurso”, será aplicável, nomeadamente o regime previsto no Decreto-Lei n.º 122/84/M, de 15 de Dezembro, com as alterações feitas pelo Decreto-Lei n.º 30/89/M, de 15 de Maio e o Decreto-Lei n.º 63/85/M, de 6 de Julho.

## **PROPOSTA**

\_\_\_\_\_  
(Designação do concorrente), titular (da Certidão do Registo Comercial/do documento de identificação) n.º \_\_\_\_\_, emitida(o) em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço do concorrente),

【(1) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de (sócio/membro da administração/outro) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente).】

【(2) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade do procurador de \_\_\_\_\_ (nome do representado), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), munida(o) da procuração assinada por \_\_\_\_\_ (nome do representado), em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano).】

Tendo tomado conhecimento do “Programa do Concurso” e do “Caderno de Encargos” relativos ao Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017 – Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º \_\_\_\_\_, Série, de \_\_\_\_\_, (a nossa companhia/a nossa associação/a nossa instituição/eu) \_\_\_\_\_ (vem/venho) apresentar a seguinte proposta, juntando o preço global para a prestação dos serviços referidos, comprometendo-se a prestar os serviços nos termos e condições neles fixados.

Data

O Concorrente,



(Assinatura reconhecida notarialmente)

- (1) Quando a proposta é assinada por pessoa com poderes para assumir os deveres em representação da pessoa colectiva, é preciso preencher esta parte;
- (2) Quando a proposta é assinada pelo procurador, é preciso preencher esta parte.

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

## **Declaração**

\_\_\_\_\_, (Designação do concorrente), titular (da Certidão do Registo Comercial/do documento de identificação) n.º \_\_\_\_\_, emitida(o) em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço do concorrente),

【(1) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_, (Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de (sócio/ membro da administração/outro) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente) .】

【(2) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_, (Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de procurador de \_\_\_\_\_ (nome do representado), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), munida(o) da procuração assinada por \_\_\_\_\_ (nome do representado), em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano).】

\_\_\_\_\_, (Declara/declaro), para efeitos do Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017 - Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º \_\_\_\_\_, Série, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, que \_\_\_\_\_ (a nossa companhia/a nossa associação/a nossa instituição/eu) não \_\_\_\_\_ (é/sou) \_\_\_\_\_ devedora dos cofres da RAEM por contribuições, impostos e por outros créditos em execução fiscal.

Data

O Concorrente,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura reconhecida notarialmente)

- (1) Quando a proposta é assinada por pessoa com poderes para assumir os deveres em representação da pessoa colectiva, é preciso preencher esta parte;
- (2) Quando a proposta é assinada pelo procurador, é preciso preencher esta parte.

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

**Modelo de Garantia Bancária para Assegurar o Cumprimento das Obrigações  
Assumidas com a Apresentação da Proposta ao Concurso Público n.º  
001/CON-IPIM/2017**

Valor: MOP.....

Garantia Bancária n.º.....

A pedido de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), concorrente ao Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017, cujo anúncio foi publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º , série, de de 2017, vem o (nome do banco) prestar a favor do “Secretário para a Economia e Finanças”, uma garantia bancária no valor de MOPs \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de modo a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações que o referido concorrente assume com a apresentação da proposta, assegurando este Banco, até ao limite da citada garantia, o pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Secretário para a Economia e Finanças, em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.

A presente garantia bancária liberta-se após a recepção da notificação escrita feita, nesse sentido, pelo Secretário para a Economia e Finanças ao banco supra indicado.

Data

Assinatura

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

## **Declaração**

\_\_\_\_\_  
(Designação do concorrente), titular (da Certidão do Registo Comercial/do documento de identificação) n.º \_\_\_\_\_, emitida(o) em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês)/ \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço do concorrente) \_\_\_\_\_.

【(1) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_ (sócio/ membro da administração / outro) de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente) .】

【(2) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de procurador de \_\_\_\_\_ (nome do representado), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), munida(o) da procuração assinada por \_\_\_\_\_ (nome do representado), em \_\_\_\_\_ (dia)/ \_\_\_\_\_ (mês)/ \_\_\_\_\_ (ano).】

\_\_\_\_\_  
(Declara/declaro), para efeitos do Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017 - Prestação de Serviços como Operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, cujo anúncio foi publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º \_\_\_\_\_, Série, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ (a nossa companhia/ a nossa associação/ a nossa instituição/ eu) \_\_\_\_\_ (compromete-se/comprometo-me) a prestar caução definitiva, caso a prestação de serviços me/ lhe seja adjudicada.

Data:

O Concorrente,

---

(Assinatura reconhecida notarialmente)

(1) Quando a proposta é assinada por pessoa com poderes para assumir os deveres em representação da pessoa colectiva, é preciso preencher esta parte;

(2) Quando a proposta é assinada pelo procurador, é preciso preencher esta parte.

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

## **Declaração**

\_\_\_\_\_  
(Designação do concorrente), titular (da Certidão do Registo Comercial/ do documento de identificação) n.º \_\_\_\_\_, emitida(o) em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês)/ (ano) por \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço do concorrente) \_\_\_\_\_.

【(1) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de (sócio/ membro da administração / outro) de (designação do concorrente) \_\_\_\_\_, para praticar o presente acto, em nome de (designação do concorrente) \_\_\_\_\_ . 】

【(2) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_  
(Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de procurador de (nome do representado) \_\_\_\_\_, para praticar o presente acto, em nome de (designação do concorrente) \_\_\_\_\_, munida(o) da procuração assinada por (nome do representado) \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ (dia)/ \_\_\_\_\_ (mês)/ \_\_\_\_\_ (ano). 】

\_\_\_\_\_  
(A nossa companhia/ a nossa associação/ a nossa instituição/ eu) (declara/ declaro) \_\_\_\_\_, para todos os efeitos legais, que se sujeita às leis e aos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau, com a renúncia expressa a qualquer outro foro, em tudo quanto disser respeito aos actos do concurso e da aquisição, até à sua total liquidação relativos ao presente Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017- Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º \_\_\_\_\_, Série, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Data:

O Concorrente,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura reconhecida notarialmente)

- (1) Quando a proposta é assinada por pessoa com poderes para assumir os deveres em representação da pessoa colectiva, é preciso preencher esta parte;
- (2) Quando a proposta é assinada pelo procurador, é preciso preencher esta parte.

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*



## **Modelo de Guia para o Depósito da Caução Definitiva em Numerário**

\_\_\_\_\_, (Designação do concorrente), titular (da Certidão do Registo Comercial / do documento de identificação) n.º \_\_\_\_\_, emitida(o) em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço do concorrente) \_\_\_\_\_.

【(1) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_ (Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de (sócio/ membro da administração / outro) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente).】

【(2) é representada(o) por:

\_\_\_\_\_ (Nome do signatário), titular do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano) por \_\_\_\_\_, na qualidade de procurador de \_\_\_\_\_ (nome do representado), para praticar o presente acto, em nome de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente) \_\_\_\_\_, munida(o) da procuração assinada por \_\_\_\_\_ (nome do representado), em \_\_\_\_\_ (dia) / \_\_\_\_\_ (mês) / \_\_\_\_\_ (ano).】

(A nossa companhia/ a nossa associação/ a nossa instituição/ eu) (vem/venho) depositar a favor do Secretário para a Economia e Finanças, a quantia de patacas (MOP \_\_\_\_\_) no *Bank of China Limited*, Sucursal de Macau, correspondente à caução definitiva, de modo a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações que assume com a outorga do contrato referente ao Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017 - Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, cujo anúncio foi publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º \_\_\_\_\_, série, de .....de 2017.

Junta-se:

Original/Pública-forma do talão de depósito n.º \_\_\_\_\_ no valor de \_\_\_\_\_ patacas (MOP \_\_\_\_\_).

Data

O Concorrente,

---

(Assinatura reconhecida notarialmente)

(1) Quando a proposta é assinada por pessoa com poderes para assumir os deveres em representação da pessoa colectiva, é preciso preencher estaparte;

(2) Quando a proposta é assinada pelo procurador, é preciso preencher estaparte.

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

**Modelo de Garantia Bancária para Assegurar o Cumprimento das Obrigações  
Assumidas com o Contrato do Concurso Público n.º  
001/CON-IPIM/2017**

Valor: MOP.....

Garantia Bancária n.º.....

A pedido de \_\_\_\_\_ (designação do concorrente), adjudicatário ao Concurso Público n.º 001/CON-IPIM/2017 - Prestação de serviços como operador do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, cujo anúncio foi publicado no Boletim Oficial da RAEM nº, série, de .....de 2017, vem o (nome do Banco) \_\_\_\_\_ prestar a favor do Secretário para a Economia e Finanças, uma garantia bancária no valor de MOPs \_\_\_\_\_, para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações que o referido adjudicatário assume com a outorga do contrato, assegurando este Banco, até ao limite da garantia, o pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Secretário para a Economia e Finanças, em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantiãrespeita.

A presente garantia liberta-se após o cumprimento integral do contrato supra identificado, por parte do adjudicatário, após notificação escrita do Secretário para a Economia e Finanças ao mencionado banco, nesse sentido.

Data ao

Assinatura

*Nota: Este anexo serve apenas de referência, não podendo ser entregue como “Proposta”.*

